

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS
INFORME BRASIL Nº 33/2012**

Período: 15/09/2012 – 21/09/2012

GEDES – Brasil

- 1- Consórcio Tepro é selecionado pelo Exército para o Sisfron
- 2- Jornal analisa inovação tecnológica nas Forças Armadas
- 3- Esquadrilha da Fumaça substitui frota
- 4- Projeto propõe que militares também possam registrar boletins de ocorrência
- 5- OAB-MG solicitou à Comissão da Verdade nova apuração da morte de Juscelino Kubitschek
- 6- Comissão da Verdade delimita processos de investigação
- 7- Obras da nova base brasileira na Antártida serão concluídas em 2013/2014
- 8- Forças Armadas monitoram esquema segurança em jogo da seleção de futebol
- 9- Morre Maria Rosa Leite Monteiro, mãe de Honestino Guimarães, líder estudantil desaparecido em 1973

1- Consórcio Tepro é selecionado pelo Exército para o Sisfron

De acordo com o jornal *Correio Braziliense*, o consórcio Tepro, formado pelas empresas Savis Tecnologia e Sistemas S/A e OrbiSat Indústria e Aerolevanteamento S/A, companhias controladas pela divisão de Defesa e Segurança da Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer), foi o único eleito pelo Exército Brasileiro para o processo de seleção do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron). O desenlace da licitação criou um incômodo na cúpula do Exército e entre as outras empresas do setor, as quais questionam a dependência em relação a apenas um fornecedor de tecnologia, originário dos Estados Unidos da América, visto a contradição em relação à denominada estratégia nacional de defesa. O jornal *O Estado de S. Paulo* apontou que a escolha da Embraer para a execução da primeira fase do Sisfron, que colocará a cobertura dos radares na fronteira com o Paraguai, e enviará os dados para o comando do Exército na capital federal, Brasília, é “a aposta mais audaciosa já feita pelo Exército nesta direção”. Apesar da empresa não ter apresentado um dos menores preços, sua pontuação técnica foi o grande destaque, o que levou a Embraer a ganhar das empresas concorrentes, a Synergy, a Odebrecht, a Queiroz Galvão e a OAS. Em nota ao periódico, sobre a escolha, o Exército afirmou que “as exigências dos Índices de Conteúdo Nacional estão coerentes com os princípios da Estratégia Nacional de Defesa e da Lei 12.598/2012, que priorizam o fomento da indústria nacional de defesa e a geração de emprego e renda no País”. Na avaliação do *Estado*, o emblema da nova política da Embraer é o perfil da OrbiSat, fabricante de radares comprada pela empresa no ano de 2011, que “desenvolveu radares para o Exército, capazes de ‘enxergar’ debaixo das copas de árvores da Amazônia” e agora fornece à Força onze radares antiaéreos e seis comandos de operação de artilharia antiaérea. O presidente da Embraer Defesa e Segurança, Luiz Carlos Aguiar, afirmou que “não vamos apenas produzir no Brasil, vamos desenvolver no Brasil” e “nosso diferencial decisivo é o desenvolvimento de tecnologia nacional, além do preço”. Segundo o *Estado*, a

visão de Aguiar mostra que “as concorrentes europeias e americanas, premidas pelos cortes nos gastos de seus governos mergulhados na crise econômica, buscam mercados como o brasileiro com preços muito altos para tentar cobrir os altos investimentos que fizeram. E encaram o Brasil apenas como mercado, não como plataforma de exportação”. (Correio Braziliense – Brasília-DF – 15/09/12; O Estado de S. Paulo – Economia – 16/09/12)

2- Jornal analisa inovação tecnológica nas Forças Armadas

Conforme notícia publicada pelo periódico *O Estado de S. Paulo*, a questão da defesa para o Brasil está deixando de ser um gasto para se tornar um investimento. Por conta do baixo nível de ameaças externas e de inimigos por parte do país, os projetos dos militares passam a se direcionar para o desenvolvimento da tecnologia e da indústria locais, o que aumenta a exportação de armamentos, além de gerar mais empregos e divisas. A Estratégia Nacional de Defesa (END), aprovada por decreto no ano de 2008, já previa o fortalecimento da indústria nacional. Segundo o jornal, isso é reflexo da política interna brasileira, que, influenciada por um pensamento nacional-desenvolvimentista por parte da presidenta da República, Dilma Rousseff, tem causado o crescimento da economia e projetado o Brasil como um “jogador global”. Os programas estratégicos das Forças Armadas para os próximos vinte anos estão cotados em R\$124 bilhões em investimentos, com o objetivo de formar um parque industrial bélico no país. Deste total, sete projetos do Exército contabilizam R\$ 57,03 bilhões, entre os quais estão: I) o Sistema de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron), que irá monitorar uma faixa de 150 km das fronteiras do Brasil e instalará radares, satélites e aeronaves não tripuladas; II) o Defesa Antiaérea, que irá adquirir mísseis, radares, centros de operação e coordenação e seus meios de transporte; III) o Projeto Astros 2020, que desenvolverá um foguete de alta precisão e um míssil com alcance de 300 km, lançados a partir de uma nova plataforma, a MK6; IV) o Projeto Guarani, que desenvolveu um novo blindado médio de rodas para substituir os atuais, com a aquisição de 2.044 unidades; V) a proteção de hidrelétricas e linhas de transmissão, refinarias de petróleo, termoelétricas, instalações de gás natural, usinas nucleares, portos, aeroportos, contando com patrulhamento aéreo e naval e presença terrestre; VI) a recuperação de helicópteros, blindados e equipamento e a compra de embarcações, viaturas, armamentos e munições; e, VII) o investimento no Centro de Defesa Cibernética, a fim de proteger redes onlines contra ataques. A Força Aérea Brasileira (FAB), por sua vez, planeja comprar 120 caças, na licitação em que concorrem o modelo Rafale, fabricado pela empresa francesa Dassault; o F-18, da estadunidense Boeing; e o Gripen, da sueca Saab-BAE. Além disso, a Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer) está desenvolvendo um novo cargueiro, o KC-390, que substituirá o C-130 Hércules e concorrerá no mercado internacional. De acordo com o *Estado*, as três forças ainda receberão 16 helicópteros de transporte EC-725 Super Puma/Cougar, da empresa Eurocopter. A Marinha trabalha para construir um reator nuclear de geração de energia para a propulsão de submarinos, projeto que envolve o enriquecimento de urânio, e também conta com o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (ProSub), que inclui um estaleiro para a construção de uma base naval, quatro submarinos convencionais e um nuclear. Adicionalmente, a Marinha planeja a construção

de onze navios em território brasileiro - cinco fragatas, cinco escoltas e um de apoio – projeto no qual seis países disputam o contrato: Alemanha, Coreia do Sul, Espanha, França, Itália e Inglaterra. Na avaliação do *Estado*, os projetos das três Forças foram gestados no final do século XX, porém ganharam força a partir da tentativa de transferência e desenvolvimento local de tecnologia, com perspectiva de exportação. (O Estado de S. Paulo – Economia – 16/09/12)

3- Esquadrilha da Fumaça substitui frota

Conforme publicação do jornal *O Estado de S. Paulo*, até o final do ano de 2012 haverá a troca de guarda na Esquadrilha da Fumaça, da Força Aérea Brasileira. O avião T-27 Tucano será substituído pelo A-29 Super Tucano. O primeiro foi caracterizado pelo periódico como “um turboélice de treinamento, com eventual aplicação em missões de combate”, enquanto o Super Tucano “é destinado a ataque leve e, também, à instrução avançada”. Há diferenças técnicas relevantes, como na motorização, antes com um propulsor de 750 shp e agora, de 1600 shp, e também na eletrônica de bordo, que é mais avançada no Super Tucano. Um oficial aviador afirmou que o novo avião desempenha as mesmas tarefas que o antigo Tucano e que o único obstáculo está na estrutura das asas, robustecidas. Das 90 unidades de Super Tucano de que dispõe a Força Aérea, 12 serão destinadas à Esquadrilha da Fumaça. O suporte técnico será realizado pela Embraer Defesa e Segurança, que levará os aviões até a cidade de Pirassununga, no estado de São Paulo, onde se encontra a Esquadrilha, na Academia da Força Aérea. A primeira exibição da nova frota estava marcada para o desfile do Dia da Independência, em 07/09/12, na cidade de Brasília, porém, as aeronaves não estavam prontas. A nova data ainda não foi definida. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 16/09/12)

4- Projeto propõe que militares também possam registrar boletins de ocorrência

Em artigo publicado no jornal *Correio Braziliense*, o senador por Pernambuco e ex-presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Armando Monteiro Neto, explicou o projeto de sua autoria, apresentado ao Senado, que visa a criação de um boletim de ocorrência (BO) único. O objetivo é descentralizar e agilizar o processo, à medida que o registro do BO sairá da alçada exclusiva do delegado de polícia, civil ou federal, e poderá ser feito por policiais militares e rodoviários, ou mesmo por integrantes das Forças Armadas que estiverem em missão de garantia da lei e da ordem. A justificativa de Monteiro Neto é que “a possibilidade de facultar a outros agentes públicos esse tipo de registro permitirá o aumento da capacidade de investigação da Polícia Civil”. (Correio Braziliense – Artigo – 18/09/12)

5- OAB-MG solicitou à Comissão da Verdade nova apuração da morte de Juscelino Kubitschek

Segundo o jornal *Correio Braziliense*, a Ordem dos Advogados do Brasil de Minas Gerais (OAB-MG) solicitou à Comissão Nacional da Verdade uma nova apuração a respeito da morte do ex-presidente da República Juscelino Kubitschek, ocorrida em um acidente de carro na Rodovia Presidente Dutra em 22 de agosto de 1976. Tal pedido está pautado no material recolhido do

processo encerrado em 1996. De acordo com a OAB-MG o “motivo do acidente foi um tiro na cabeça do motorista” de Kubitschek, Geraldo Ribeiro, que acabou perdendo o controle do veículo e colidindo com um ônibus. A OAB ressaltou ainda que o tiro foi proveniente de um projétil conhecido com o nome de “batente”, de uso e fabricação exclusiva das Forças Armadas e que era empregado pelo Exército brasileiro no período do regime militar (1964-1975), época do fato. A OAB-MG utilizou-se da análise feita após a exumação do corpo do motorista, em 1996, para chegar a tal conclusão. O *Correio* informou que a Comissão da Verdade restringirá aos órgãos do Estado a investigação dos casos relacionados a violação dos direitos humanos, sendo que tais casos não podem ser atingidos pela Lei da Anistia. (*Correio Braziliense – Brasil – 18/09/12*)

6- Comissão da Verdade delimita processos de investigação

De acordo com os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, foi publicada no Diário Oficial da União do dia 17/09/12 uma resolução em que a Comissão da Verdade declara que só investigará os episódios de violação dos direitos humanos que foram de iniciativa de agentes públicos ou pessoas que estivessem a serviço do Estado. Dessa forma, exclui-se a possibilidade de investigação de qualquer ato praticado pela esquerda militante no período do regime militar (1964-1975). Segundo a *Folha*, o texto da lei que deu origem à Comissão era vago sobre tal assunto, o que deixou espaço para que se especulasse sobre investigações dos atos de militantes da esquerda. Além disso, o *Estado* reportou que os integrantes da Comissão sempre deixaram claro que investigariam apenas crimes cometidos por agentes do regime. Segundo o membro da comissão, Paulo Sérgio Pinheiro, aqueles opositores que cometeram crimes durante o regime foram detidos e cumpriram penas, por isso não devem ser investigados agora. Pinheiro afirmou que os julgamentos dos opositores do regime já foram feitos e podem ser consultados nos arquivos do Superior Tribunal Militar. O integrante da comissão afirmou ainda que essa decisão não consiste em algo novo, senão no cumprimento da própria lei de criação do colegiado. Segundo a *Folha*, para os militares, a investigação dos atos cometidos pela esquerda indicaria a neutralidade das investigações. Contudo, para os militantes e parentes das vítimas, seria desnecessária, pois esses já foram processados e punidos na época. O ex-procurador geral da República e membro da Comissão, Cláudio Fonteles, enfatizou que essa decisão é totalmente legal e não afetará o apoio dos militares ao trabalho da Comissão. O *Estado* alertou sobre a dificuldade de acesso aos documentos que legitimariam as pesquisas, o que pode fazer com que o trabalho da Comissão não seja reconhecido. Ainda de acordo com o *Estado*, integrantes da Comissão já requisitaram reuniões com especialistas da Organização das Nações Unidas (ONU) que possuem experiência em questões de direitos humanos e que já participaram de comissões da verdade de outros países. O jornal apontou que na avaliação da ONU, os trabalhos da comissão devem trazer justiça às vítimas, e não apenas funcionar como uma audiência pública para satisfazer parte da população. (*Folha de S. Paulo – Poder – 18/09/12; O Estado de S. Paulo – Nacional – 18/09/12; O Estado de S. Paulo – Nacional – 19/09/12*)

7- Obras da nova base brasileira na Antártida serão concluídas em 2013/2014

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, no dia 17/09/12, o ministro da Defesa, Celso Amorim, declarou que o projeto da nova base que irá substituir a Estação Comandante Ferraz, destruída por um incêndio em fevereiro de 2012, será concluído até o verão de 2013/2014. De acordo com Amorim, serão montados módulos emergenciais que apoiarão a realização de pesquisas até a data da conclusão das obras. O ministro afirmou que os R\$ 40 milhões liberados pela presidenta da República, Dilma Rousseff, após a tragédia, foram totalmente empenhados. A Marinha enviará três navios para auxiliar o trabalho dos pesquisadores na base emergencial na Antártida, além de um navio mercante, com a função de auxiliar no desmonte do que sobrou da base incendiada. O jornal relembrou que dois militares morreram no incêndio que destruiu a antiga base, o sargento Roberto Lopes dos Santos e o suboficial Carlos Alberto Vieira Figueiredo, que não conseguiram sair do local do incêndio. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 18/09/12)

8- Forças Armadas monitoram esquema segurança em jogo da seleção de futebol

De acordo com o periódico *O Estado de S. Paulo*, uma equipe de integrantes das Forças Armadas acompanhou o funcionamento do esquema de segurança colocado em prática na partida de futebol entre as seleções do Brasil e da Argentina no dia 19/09/12, no Estádio Serra Dourada, em Goiânia, estado de Goiás. Tal estrutura, composta, em parte, por “câmeras de monitoramento, homens a postos para impedir brigas, helicóptero à disposição e escolta das comitivas desde a chegada até a saída da cidade”, são alguns itens que serão utilizados para garantir a segurança nos jogos da Copa das Confederações, em 2013, e da Copa do Mundo, em 2014. (O Estado de S. Paulo – 20/09/12)

9- Morre Maria Rosa Leite Monteiro, mãe de Honestino Guimarães, líder estudantil desaparecido em 1973

De acordo com o jornal *Correio Braziliense*, morreu na madrugada do dia 20/09/12, Maria Rosa Leite Monteiro, mãe de Honestino Guimarães, líder estudantil desaparecido em 10/10/73, no estado do Rio de Janeiro. Guimarães era estudante de geologia na Universidade de Brasília (UNB) quando foi preso durante o regime militar (1964-1985) e seu corpo nunca foi encontrado. Monteiro nunca desistiu de buscar notícias do filho e sua saga foi relatada no livro “Honestino, o bom da amizade é a não cobrança”, publicado em 2004. Segundo o jornal, o livro foi um dos primeiros documentos a relatar o sofrimento dos familiares de presos políticos desaparecidos, além dos registros sobre o período militar brasileiro. De acordo com o *Correio*, em 2010, a Justiça Federal do Rio de Janeiro reconheceu oficialmente a culpa dos governos militares pelo desaparecimento de Guimarães e determinou à União o pagamento de indenização a família. Para o senador Cristovam Buarque, a morte de Monteiro é uma perda irreparável; porém, serve de motivação extra para o trabalho das comissões que apuram as violações de direitos humanos ocorridas durante o regime militar, tal qual a Comissão Memória e Verdade

Anísio Teixeira, instalada na UNB, e a Comissão Nacional da Verdade. (Correio Braziliense – Cidades - 21/09/12)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

* Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Ana Paula Lage de Oliveira (Supervisora, mestre em Relações Internacionais)
Ana Paula Silva (Supervisora, mestre em História); Heed Mariano Silva Pereira (Redatora, graduada em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais); João Guilherme Benetti Ramos (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista PIBIC), Laura Meneghim Donadelli (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Mariana Salvadori (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Ricardo Cavalheiro (Redator, graduando em Relações Internacionais); Sofia Andrade (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Tamires Souza (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista FAPESP).